

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 9º, inciso I, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva semestral, manutenção corretiva sob demanda e troca anual de aditivo anticorrosivo do Grupo Motor Gerador (GMG) da Fundação Hospital Frei Gabriel, conforme condições, quantidades, exigências e especificações estabelecidas neste instrumento.

A contratação será formalizada por meio de **dispensa de licitação**, na forma **eletrônica**, com fundamento no art. **75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, adotando-se o critério de julgamento de **menor preço por lote**.

A contratação abrange 01 (um) Grupo Motor Gerador (GMG), instalado na Fundação Hospital Frei Gabriel, conforme caracterização técnica detalhada no item 1.1 deste Termo de Referência.

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo essencial à manutenção da infraestrutura hospitalar.

O equipamento é essencial para a continuidade do fornecimento de energia elétrica emergencial, especialmente ao Centro Cirúrgico, UTI, equipamentos de suporte à vida, laboratório, rede fria de medicamentos e demais sistemas prediais críticos.

A manutenção corretiva será executada exclusivamente sob demanda da Administração, mediante ordem de serviço, laudo técnico prévio e autorização formal, sem fornecimento de peças permanentes pela contratada, cabendo à Administração a aquisição correlata dos componentes estruturais eventualmente necessários.

O quantitativo estimado de horas técnicas previsto no item corretivo possui natureza exclusivamente estimativa, não gerando obrigação mínima de consumo, faturamento compulsório ou direito subjetivo ao saldo remanescente não utilizado, sendo devido pagamento apenas pelas horas efetivamente executadas e devidamente atestadas.

**1.1. CARACTERIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO**

O objeto da contratação refere-se à manutenção de 01 (um) Grupo Motor Gerador (GMG), instalado na Fundação Hospital Frei Gabriel, com as seguintes características técnicas:

- Fabricante: STEMAC
- Motor: Scania DC09A
- Alternador: WEG
- Potência: 360 kVA (standby) e 331 kVA (prime)
- Tensão: 220V
- Sistema: ATS integrado
- Ano de fabricação: 2011

O equipamento opera como fonte de energia elétrica emergencial, sendo essencial para a continuidade de serviços críticos hospitalares, incluindo centro cirúrgico, UTI, equipamentos de suporte à vida e sistemas de conservação de insumos termossensíveis.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A presente contratação fundamenta-se nos elementos técnicos, operacionais, econômicos e de gestão de riscos consolidados no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, no **Documento de Formalização da Demanda (DFD)** e no **Mapa de Riscos**, documentos que integram os autos do processo e demonstram a **necessidade concreta, atual e contínua da manutenção do Grupo Motor Gerador (GMG)** da Fundação Hospital Frei Gabriel.

O ETP evidenciou que o **GMG STEMAC 360 kVA, equipado com motor Scania DC09A, alternador WEG e sistema ATS integrado**, constitui equipamento **crítico para a continuidade do fornecimento de energia elétrica emergencial da unidade hospitalar**, especialmente em situações de interrupção do suprimento da concessionária.

A indisponibilidade do equipamento representa **risco assistencial elevado**, com potencial impacto direto sobre:

- **UTI;**
- centro cirúrgico;
- equipamentos de suporte à vida;
- laboratório;
- rede fria de medicamentos;
- sistemas prediais essenciais.

A solução escolhida — **contratação de empresa especializada para manutenção preventiva semestral, troca anual de aditivo anticorrosivo e manutenção corretiva sob demanda, em lote único com 03 (três) itens internos** — foi tecnicamente justificada como a **alternativa mais vantajosa sob os aspectos de eficiência, governança, rastreabilidade e segurança operacional**, por assegurar:

- unicidade da responsabilidade técnica sobre o mesmo equipamento;
- integração entre manutenção preventiva e corretiva;
- preservação do histórico mecânico e elétrico do GMG;
- maior precisão na fiscalização;
- mitigação de conflitos de responsabilidade;
- resposta mais célere a falhas críticas.

Restou igualmente demonstrado no ETP que a **segregação entre prestação dos serviços e aquisição das peças permanentes pela Administração** constitui solução mais segura sob a perspectiva do controle de custos, da rastreabilidade das intervenções, da compatibilidade técnica dos componentes e da mitigação de riscos de sobrepreço.

Dessa forma, a contratação revela-se **plenamente fundamentada no interesse público, na continuidade do serviço público de saúde, na proteção à vida e na preservação da infraestrutura crítica hospitalar**, mostrando-se a solução mais adequada para resguardar pacientes, profissionais, equipamentos sensíveis e a regularidade assistencial da Fundação.

A presente contratação observa a análise de riscos constante do Mapa de Riscos do processo administrativo, elaborado nos termos do art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, o qual identifica, classifica e estabelece medidas de mitigação para eventos que possam comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor e a execução contratual.

Os principais riscos encontram-se associados à criticidade operacional do Grupo Motor Gerador (GMG), especialmente quanto à sua disponibilidade em situações de emergência, à tempestividade das manutenções corretivas, à qualidade dos serviços executados e à adequada instrução técnica para aquisição de peças pela Administração.

As medidas de mitigação identificadas foram incorporadas ao presente Termo de Referência, notadamente nos requisitos da contratação, nos níveis de serviço (SLA), no modelo de execução, nos critérios de medição e nas regras de fiscalização e gestão contratual.

A integração entre o Estudo Técnico Preliminar, o Mapa de Riscos e o presente Termo de Referência assegura coerência do planejamento, alinhamento das decisões administrativas e aderência às boas práticas de governança das contratações públicas.

A escolha da dispensa de licitação fundamenta-se no valor estimado da contratação, inferior ao limite previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como na ausência de fracionamento de despesa, considerando que o objeto contempla a totalidade da necessidade anual da Administração.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A solução adotada consiste na **contratação de empresa especializada para execução integrada de serviços técnicos de manutenção do Grupo Motor Gerador (GMG) da Fundação Hospital Frei Gabriel, contemplando rotinas programadas de manutenção preventiva e intervenções corretivas sob demanda, estruturadas em Lote Único composto por 03 (três) itens internos.**

O modelo foi concebido para assegurar a **continuidade do fornecimento de energia elétrica emergencial aos setores críticos da unidade hospitalar**, combinando previsibilidade operacional com flexibilidade de resposta a falhas.

A solução compreende os seguintes componentes:

#### **3.1. Serviços contínuos programados**

Correspondem aos serviços de execução periódica previamente planejada, destinados à preservação da disponibilidade e da confiabilidade do equipamento, abrangendo:

- **manutenção preventiva semestral**, com realização de inspeções, testes, limpeza técnica, troca de óleo, substituição de filtros, verificação de sensores, testes do alternador, ATS, sistema de pré-aquecimento, baterias, conexões elétricas e demais rotinas previstas no plano de manutenção;
- **troca anual do aditivo anticorrosivo do sistema de arrefecimento**, com drenagem, limpeza do circuito, reposição do fluido e testes de estanqueidade e temperatura.

Tais serviços possuem natureza **programada e contínua**, sendo executados em cronograma definido pela Administração e acompanhado pela fiscalização.

#### **3.2. Serviços sob demanda**

Correspondem às intervenções de **manutenção corretiva**, destinadas ao restabelecimento do pleno funcionamento do GMG em caso de falhas mecânicas, elétricas, eletrônicas, de automação ou sistema ATS.

A manutenção corretiva será executada **exclusivamente mediante solicitação da Administração**, por ordem de serviço, precedida de:

- diagnóstico técnico;
- emissão de laudo circunstanciado;
- estimativa de horas técnicas;
- indicação das peças permanentes eventualmente necessárias;
- autorização formal da fiscalização.

Ressalta-se que a manutenção corretiva ocorrerá **estritamente com base em horas técnicas efetivamente trabalhadas**, devidamente registradas, comprovadas e atestadas,

não sendo admitido pagamento por horas estimadas, saldo presumido ou quantitativos não executados.

### **3.3. Segregação entre serviços e peças**

A solução adotada estabelece, como diretriz de governança e controle, a **segregação entre a prestação dos serviços especializados e o fornecimento das peças permanentes**. Dessa forma:

- a **Contratada será responsável exclusivamente pela mão de obra técnica especializada;**
- as **peças de reposição permanentes, componentes estruturais, sensores, módulos, baterias, alternador, componentes do motor, ATS e demais itens permanentes serão adquiridos autonomamente pela Administração,** conforme necessidade apontada em laudo técnico.

Tal modelagem assegura:

- maior controle de custos;
- mitigação de riscos de sobrepreço;
- melhor rastreabilidade das substituições;
- compatibilidade técnica dos componentes;
- preservação da padronização do equipamento;
- maior segurança na fiscalização contratual.

### **3.4. Remuneração e controle do saldo de horas**

O item relativo à manutenção corretiva será remunerado exclusivamente pelas **horas técnicas efetivamente executadas**, conforme medição e atesto do Fiscal Técnico, seguido do recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato.

O quantitativo previsto possui **natureza meramente estimativa**, destinado apenas à formação do preço global do lote e à reserva prudencial para falhas eventuais, **não gerando obrigação mínima de consumo pela Administração nem direito subjetivo da contratada ao saldo remanescente não utilizado**.

Dessa forma, a solução escolhida concilia **continuidade operacional, controle administrativo, eficiência econômica, rastreabilidade técnica e mitigação de riscos assistenciais**, revelando-se a mais adequada à criticidade do GMG hospitalar.

A adoção da dispensa eletrônica não afasta a observância dos princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, sendo assegurada a consulta a fornecedores e a divulgação do procedimento em meio eletrônico.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "d", arts. 63, §§ 2º e 3º, e 67 da Lei nº 14.133/2021, art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021)**

A contratação deverá observar requisitos técnicos, operacionais, ambientais, de segurança e de qualificação compatíveis com a criticidade do **Grupo Motor Gerador (GMG) da Fundação Hospital Frei Gabriel**, equipamento essencial à continuidade do fornecimento de energia elétrica emergencial da unidade hospitalar.

### **4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

A licitante deverá comprovar aptidão técnica compatível com o objeto, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado**, em nome da empresa, que demonstre(m) experiência na prestação de serviços de:

- manutenção preventiva em grupos geradores a diesel;
- manutenção corretiva em grupos geradores a diesel;

- diagnóstico eletromecânico de GMG;
- sistemas de transferência automática (ATS), quando possível.

Para fins de proporcionalidade e compatibilidade técnica, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar experiência em equipamento de **potência igual ou superior a 180 kVA**, correspondente a **50% da potência nominal standby do equipamento da Fundação (360 kVA)**, nos termos do **art. 67 da Lei nº 14.133/2021**.

Será admitido o somatório de atestados, desde que demonstrem a execução de serviços de natureza semelhante e complexidade compatível.

#### **4.1.1. REGISTRO NO CREA OU CFT (Art. 67, incisos I e V, da Lei nº 14.133/2021)**

A licitante deverá apresentar **certidão de registro ou inscrição da pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT)**, dentro do prazo de validade, compatível com a execução de serviços de manutenção eletromecânica em grupos motores geradores.

Deverá, ainda, comprovar possuir em seu quadro permanente **profissional responsável técnico devidamente registrado no mesmo conselho profissional**, nos termos do **art. 67, incisos I e V, da Lei nº 14.133/2021**, apto a responder tecnicamente pelos serviços executados.

A comprovação do vínculo do responsável técnico poderá ocorrer por meio de:

- contrato social;
- registro em CTPS;
- contrato de prestação de serviços;
- declaração de contratação futura, admitida pela legislação.

#### **4.2. EQUIPE TÉCNICA E RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO**

A contratada deverá disponibilizar equipe técnica com dimensionamento compatível com a complexidade do objeto, estimando-se, como referência mínima:

- 01 técnico eletromecânico ou eletrotécnico com experiência em GMG;
- 01 profissional habilitado para manutenção em sistemas diesel e alternadores;
- responsável técnico, quando exigível pela natureza do serviço e regulamentação profissional aplicável.

A equipe deverá possuir capacitação para atuação em:

- motor **Scania DC09A**;
- alternador **WEG**;
- sistema ATS;
- sensores;
- sistema de partida;
- sistema de arrefecimento;
- sistema de lubrificação;
- sistema de combustível.

#### **4.3. VISTORIA TÉCNICA PRÉVIA FACULTATIVA**

Fica **facultada às licitantes a realização de vistoria técnica prévia** para pleno conhecimento das condições do GMG, do local de instalação, do sistema ATS, dos acessos, do histórico operacional e do estado do equipamento, especialmente em razão do ano de fabricação (**2011**).

A vistoria poderá ser substituída por **declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante**, atestando pleno conhecimento:

- das condições operacionais do equipamento;

- do desgaste natural pelo tempo de uso;
- das condições de acesso;
- das rotinas de acionamento;
- dos riscos inerentes à execução.

A previsão observa o disposto no **art. 63, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021**, sendo vedada a imposição de obrigação desproporcional à competitividade.

#### **4.4. REQUISITOS DE SEGURANÇA E NORMAS REGULAMENTADORAS**

A contratada deverá cumprir integralmente as **Normas Regulamentadoras aplicáveis**, especialmente aquelas relacionadas a:

- segurança em instalações elétricas;
- trabalho em máquinas e equipamentos;
- uso de EPIs;
- prevenção de acidentes;
- manuseio de combustíveis, óleo e baterias;
- acesso a áreas técnicas hospitalares.

O descumprimento poderá ensejar recusa do serviço, aplicação de sanções e retenção cautelar de pagamentos, conforme previsto no contrato.

#### **4.5. REQUISITOS AMBIENTAIS**

A contratada deverá realizar a **coleta, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados**, especialmente:

- óleo lubrificante usado;
- filtros contaminados;
- aditivo anticorrosivo drenado;
- estopas oleosas;
- baterias inservíveis;
- embalagens contaminadas.

Deverá apresentar à fiscalização os respectivos **certificados de destinação final e comprovantes de logística reversa**, condição necessária ao recebimento definitivo do serviço.

#### **4.6. VEDAÇÃO À UTILIZAÇÃO DE INSUMOS CLASSIFICADOS COMO BENS DE LUXO**

É **expressamente vedada a utilização de insumos, lubrificantes, filtros, aditivos, fluidos e materiais consumíveis que possuam características de bens de luxo**, nos termos do **art. 20 da Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto nº 10.818/2021**.

A contratada deverá ater-se estritamente:

- às especificações do **manual do fabricante Scania**;
- às recomendações do fabricante do alternador **WEG**;
- à necessidade técnica do equipamento;
- aos princípios da economicidade e padronização.

Fica vedada a utilização de produtos premium, especiais ou com desempenho superior não tecnicamente justificado para o GMG.

#### **4.7. REQUISITOS DE MOBILIDADE E FERRAMENTAL**

A contratada deverá dispor de veículo próprio ou sob sua responsabilidade, em condições adequadas de uso, destinado ao deslocamento da equipe técnica até o local de instalação do Grupo Motor Gerador (GMG), de modo a assegurar o cumprimento dos prazos de atendimento estabelecidos no SLA.

O veículo deverá estar equipado com ferramental técnico compatível com a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em grupos geradores a diesel, incluindo, no mínimo, instrumentos de diagnóstico, ferramentas mecânicas e elétricas, equipamentos de medição e demais dispositivos necessários à realização dos serviços sem dependência de terceiros.

A ausência de meios adequados de deslocamento ou de ferramental suficiente não constituirá justificativa para descumprimento dos prazos contratuais, sujeitando a contratada às sanções previstas neste Termo de Referência.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "e", da Lei nº 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V, da IN SEGES/ME nº 81/2022)**

A execução dos serviços observará **rotina formal de Ordens de Serviço (OS)**, emitidas pela fiscalização do contrato, contendo a identificação do item a ser executado, data, horário, local, descrição da intervenção e prazo aplicável.

O modelo de execução compreende **rotinas programadas de manutenção preventiva e troca anual do aditivo anticorrosivo**, bem como **intervenções corretivas sob demanda**, em conformidade com os níveis mínimos de serviço (SLA) definidos neste Termo de Referência.

**5.1. ROTINA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL**

A manutenção preventiva será executada **02 (duas) vezes ao longo da vigência contratual de 12 meses**, em cronograma previamente aprovado pela Administração.

Cada execução deverá contemplar, no mínimo:

- troca de óleo lubrificante do motor;
- troca dos filtros:
  - filtro lubrificante;
  - filtro de combustível;
  - filtro de combustível Racor;
- remoção e limpeza do filtro rotativo com troca dos anéis;
- limpeza e verificação de conexões, fios, abraçadeiras do motor, alternador, painel e ATS;
- checklist do sistema de pré-aquecimento;
- checklist do retificador de bateria;
- testes:
  - bateria do motor;
  - alternador;
  - sensor de rotação;
  - sensor de temperatura;
  - sensor de nível do radiador;
  - sensor de pressão do óleo;
- limpeza técnica com máquina de alta pressão e desengraxante;
- limpeza do local de instalação;
- teste documentado de partida automática;
- teste de transferência de carga (ATS);
- teste de operação sob carga.

**5.2. TROCA ANUAL DO ADITIVO ANTICORROSIVO**

A troca do aditivo do sistema de arrefecimento será executada **01 (uma) vez por ano**, mediante OS específica.

O serviço deverá abranger:

- drenagem integral do fluido antigo;

- limpeza técnica do circuito;
- verificação de mangueiras, conexões e reservatório;
- reposição do aditivo especificado;
- testes de temperatura e estanqueidade;
- emissão de relatório técnico conclusivo.

### **5.3. ROTINA DE MANUTENÇÃO CORRETIVA SOB DEMANDA**

A manutenção corretiva será executada **somente mediante demanda da Administração**, formalizada por Ordem de Serviço, após ocorrência de falha, alarme, defeito ou não acionamento do GMG.

O fluxo mínimo será:

1. abertura da OS;
2. resposta remota inicial;
3. deslocamento da equipe;
4. diagnóstico técnico;
5. laudo circunstanciado;
6. estimativa de horas;
7. indicação das peças permanentes, se necessárias;
8. autorização formal;
9. execução do reparo;
10. testes obrigatórios;
11. atesto provisório;
12. recebimento definitivo.

### **5.4. SLA – NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO**

Para as manutenções corretivas, a contratada deverá observar os seguintes prazos máximos:

Os prazos estabelecidos consideram a criticidade assistencial do Grupo Motor Gerador (GMG), equipamento essencial à manutenção da vida e à continuidade dos serviços hospitalares, especialmente em UTI, centro cirúrgico e sistemas de suporte à vida, sendo definidos com base na análise de riscos da contratação.

- **resposta ao chamado remoto:** até **1 hora**
- **comparecimento presencial em emergência (falta de energia):** até **3 horas**
- **comparecimento presencial em ocorrência não crítica:** até **6 horas**
- **emissão do laudo técnico:** até **2 horas após diagnóstico**

### **5.5. TESTES OBRIGATÓRIOS APÓS CADA INTERVENÇÃO**

Toda visita técnica, preventiva ou corretiva, deverá ser finalizada obrigatoriamente com:

- teste de partida automática;
- teste de transferência de carga pelo ATS;
- teste de operação sob carga;
- verificação de alarmes;
- conferência de tensão, frequência e rotação;
- registro fotográfico, quando cabível;
- relatório técnico conclusivo.

A ausência desses testes impedirá o recebimento provisório do serviço.

### **5.6. INSUMOS ORDINÁRIOS E PEÇAS PERMANENTES**

O fornecimento dos **insumos ordinários da manutenção preventiva** constitui encargo exclusivo da contratada, não se confundindo com peças permanentes da manutenção corretiva.

Consideram-se insumos ordinários:

- óleo lubrificante;
- filtros;

- anéis;
- aditivo anticorrosivo;
- produtos de limpeza;
- desengraxantes;
- materiais absorventes;
- itens consumíveis de rotina.

Não se incluem nessa obrigação:

- módulos;
- sensores;
- baterias;
- alternador;
- ATS;
- mangueiras estruturais;
- componentes permanentes do motor;
- peças do sistema de combustível.

Tais itens serão adquiridos autonomamente pela Administração.

#### **5.7. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

O recebimento observará segregação funcional:

- **recebimento provisório:** pelo **Fiscal Técnico**, mediante atesto da execução material do serviço;
- **recebimento definitivo:** pelo **Gestor do Contrato**, após conferência documental, relatório técnico, testes obrigatórios e conformidade do SLA.

Tal sistemática garante dupla checagem, rastreabilidade e segurança no pagamento.

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA (Art. 92 da Lei nº 14.133/2021)**

As partes deverão observar, durante toda a execução contratual, as obrigações abaixo estabelecidas, sem prejuízo de outras previstas na legislação, no edital e no contrato.

##### **6.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações da Contratante:

- garantir o **livre acesso da equipe técnica da contratada ao Grupo Motor Gerador (GMG)**, ao sistema ATS, ao quadro de transferência e às áreas técnicas correlatas, observadas as rotinas de segurança da unidade hospitalar;
- emitir as **Ordens de Serviço (OS)** para execução das manutenções preventivas, troca anual do aditivo e intervenções corretivas;
- acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços por meio do Fiscal Técnico e do Gestor do Contrato;
- disponibilizar o histórico de falhas, registros anteriores, horímetro e demais informações técnicas relevantes;
- providenciar, com a **máxima celeridade**, a aquisição das **peças permanentes e componentes estruturais indicados em laudo técnico aprovado**, especialmente em ocorrências críticas;
- adotar fluxo interno prioritário para aquisição emergencial de peças, em razão da essencialidade assistencial do GMG;
- comunicar formalmente à contratada falhas, alarmes, acionamentos indevidos ou indisponibilidade do equipamento;
- efetuar os pagamentos nos prazos pactuados, após:
  - recebimento provisório pelo Fiscal Técnico;
  - recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato;

- validação documental do serviço;
- aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de inadimplemento.

## **6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da Contratada:

- executar integralmente os serviços conforme este Termo de Referência, edital, contrato, Ordens de Serviço e normas técnicas aplicáveis;
- manter **responsável técnico e canal de atendimento acessível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana**, para atendimento das ocorrências emergenciais relacionadas ao GMG;
- cumprir rigorosamente os **prazos de SLA** definidos neste Termo de Referência;
- disponibilizar equipe técnica qualificada para atuação em:
  - motor **Scania DC09A**;
  - alternador **WEG**;
  - ATS;
  - sistema de partida;
  - sistema de arrefecimento;
  - sistema de combustível;
- fornecer todos os **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** e demais medidas de segurança exigidas pelas **Normas Regulamentadoras (NRs)** aplicáveis;
- responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, civis e securitários de sua equipe;
- emitir **laudo técnico circunstanciado** nas ocorrências corretivas, contendo:
  - defeito identificado;
  - causa provável;
  - horas estimadas;
  - peças permanentes eventualmente necessárias;
  - recomendação técnica;
- apresentar **registro fotográfico antes e depois da intervenção corretiva**, como requisito de validação da cobrança das horas técnicas executadas;
- realizar os **testes obrigatórios de partida automática, transferência ATS e operação sob carga** ao final de cada intervenção;
- fornecer os **insumos ordinários da manutenção preventiva**, especialmente óleo lubrificante, filtros, aditivo, anéis, produtos de limpeza e desengraxantes;
- realizar a **destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados**, especialmente:
  - óleo queimado;
  - filtros usados;
  - estopas contaminadas;
  - aditivo drenado;
  - baterias inservíveis;
- apresentar os respectivos **certificados de destinação final, comprovantes de logística reversa e demais evidências ambientais**, condição para o recebimento definitivo;
- comunicar imediatamente qualquer falha crítica, risco de pane, necessidade de substituição estrutural ou risco de indisponibilidade do GMG.

É vedada a subcontratação das parcelas críticas do objeto, especialmente aquelas relacionadas à execução direta da manutenção preventiva e corretiva do Grupo Motor Gerador (GMG).

Poderá ser admitida, mediante prévia autorização da Administração, a subcontratação de atividades acessórias ou complementares, desde que não comprometam a qualidade, a responsabilidade técnica e a rastreabilidade da execução contratual.

Os serviços deverão ser executados por **equipe própria da Contratada**, devidamente qualificada e vinculada à sua estrutura operacional, a fim de garantir:

- rastreabilidade da execução;
- responsabilização técnica direta;
- segurança operacional;
- preservação do histórico de manutenção;
- resposta tempestiva em eventos críticos.

A vedação fundamenta-se no **art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**, em razão da criticidade assistencial do equipamento para a UTI, centro cirúrgico e demais setores essenciais.

### **6.3. OBRIGAÇÕES COMUNS DE COOPERAÇÃO**

Constituem obrigações comuns das partes:

- manter comunicação formal e rastreável por meio das Ordens de Serviço;
- registrar todas as ocorrências relevantes;
- priorizar o restabelecimento da operacionalidade do GMG em eventos críticos;
- preservar a continuidade do serviço hospitalar;
- adotar medidas preventivas para mitigação de riscos assistenciais.

### **7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "f", e Art. 117 da Lei nº 14.133/2021; Arts. 21, 22 e 23 do Decreto nº 11.246/2022)**

A gestão e a fiscalização da execução contratual observarão a **segregação de funções, a rastreabilidade das ordens de serviço, a dupla checagem do recebimento e o controle permanente dos níveis mínimos de serviço (SLA)**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de governança contratual.

A fiscalização será conduzida por **agentes formalmente designados pela autoridade competente**, compreendendo, no mínimo:

- **Fiscal Técnico**
- **Fiscal Administrativo**
- **Gestor do Contrato**

A ausência de designação formal impedirá o início da execução contratual.

#### **7.1. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL TÉCNICO**

Compete ao Fiscal Técnico:

- emitir e controlar as **Ordens de Serviço (OS)**;
- acompanhar presencialmente ou por evidência técnica as manutenções preventivas e corretivas;
- verificar o cumprimento do cronograma preventivo semestral;
- acompanhar os **testes obrigatórios de partida automática, ATS e operação sob carga**;
- validar os laudos técnicos emitidos pela contratada;
- conferir as horas técnicas efetivamente executadas nas manutenções corretivas;
- validar o registro fotográfico antes e depois da intervenção;
- verificar a necessidade de aquisição de peças permanentes apontadas em laudo;
- comunicar imediatamente ao Gestor riscos de indisponibilidade do GMG;
- realizar o **recebimento provisório**, mediante atesto técnico da execução material do serviço.

O recebimento provisório deverá conter, quando se tratar de corretiva:

- número da OS;
- defeito identificado;
- horas executadas;
- peças indicadas;
- teste final realizado;
- evidência fotográfica;
- conformidade com SLA.

## **7.2. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL ADMINISTRATIVO**

Compete ao Fiscal Administrativo:

- controlar a documentação contratual;
- acompanhar vigência, prazos, reajuste e prorrogação;
- conferir regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- controlar certificados ambientais e comprovantes de logística reversa;
- verificar notas fiscais, relatórios, anexos e documentos de medição;
- subsidiar glosas, retenções ou sanções;
- controlar saldo financeiro do contrato;
- acompanhar formalização de aditivos, apostilas e alterações contratuais.

## **7.3. ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO**

Compete ao Gestor do Contrato:

- exercer a coordenação geral da execução contratual;
- consolidar as informações prestadas pelos fiscais;
- supervisionar o cumprimento do SLA;
- articular internamente o fluxo célere de aquisição de peças pela Administração;
- deliberar sobre ocorrências críticas e riscos de continuidade;
- decidir sobre glosas, notificações e providências saneadoras;
- validar a conformidade da execução com o Termo de Referência;
- emitir o **termo de recebimento definitivo**, autorizando o faturamento e pagamento.

O recebimento definitivo dependerá de:

- atesto provisório do Fiscal Técnico;
- conferência documental do Fiscal Administrativo;
- relatório conclusivo;
- conformidade com SLA;
- certificados ambientais;
- validação da medição.

## **7.4. CONTROLE DE SLA E NÃO CONFORMIDADES**

O modelo de gestão deverá contemplar controle permanente dos seguintes indicadores:

- prazo de resposta remota;
- prazo de comparecimento presencial;
- prazo de emissão do laudo;
- tempo de restabelecimento operacional;
- recorrência de falhas;
- reincidência corretiva;
- horas consumidas por ocorrência;
- disponibilidade global do GMG.

O descumprimento reiterado dos indicadores poderá ensejar:

- glosa proporcional;
- advertência;

- multa;
- abertura de processo sancionador;
- rescisão contratual.

### **7.5. RASTREABILIDADE E GOVERNANÇA**

Todas as ocorrências deverão ser formalmente registradas por meio de:

- Ordem de Serviço;
- laudo técnico;
- relatório de execução;
- evidência fotográfica;
- certificado ambiental;
- atesto provisório;
- termo de recebimento definitivo.

Tal sistemática visa garantir:

- governança contratual;
- rastreabilidade histórica do GMG;
- segurança da medição;
- prevenção de superfaturamento;
- suporte à auditoria interna e externa.

### **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "g", e Art. 140 da Lei nº 14.133/2021)**

A medição e o pagamento dos serviços observarão critérios objetivos, rastreáveis e vinculados à efetiva execução do objeto, conforme disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedado o pagamento por serviços não executados ou não comprovados.

#### **8.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

A medição dos serviços será realizada conforme a natureza de cada item contratado:

##### **I – Manutenção Preventiva (Item 1)**

- A medição ocorrerá **por evento efetivamente executado**, correspondente à realização completa da manutenção preventiva semestral;
- O pagamento estará condicionado à:
  - execução integral do checklist técnico;
  - realização de testes operacionais (partida automática e operação sob carga);
  - apresentação de relatório técnico;
  - atesto do Fiscal Técnico.

##### **II – Troca de Aditivo Anticorrosivo (Item 2)**

- A medição ocorrerá **por evento executado**, correspondente à substituição anual do fluido;
- O pagamento dependerá de:
  - comprovação da substituição integral;
  - especificação do insumo utilizado;
  - conformidade com manual do fabricante;
  - registro fotográfico e relatório técnico.

##### **III – Manutenção Corretiva (Item 3)**

- A medição ocorrerá de forma **variável**, com base nas **horas técnicas efetivamente trabalhadas**;
- O pagamento será realizado exclusivamente mediante:
  - Ordem de Serviço previamente emitida;
  - laudo técnico circunstanciado;
  - controle de entrada e saída da equipe;

- validação das horas pelo Fiscal Técnico;
- evidência fotográfica da execução;
- teste final de funcionamento.

### **8.2. VEDAÇÃO A FATURAMENTO MÍNIMO**

Não haverá, em nenhuma hipótese:

- garantia de faturamento mínimo mensal;
- obrigatoriedade de consumo integral das horas estimadas;
- pagamento por disponibilidade ou ociosidade da contratada.

O saldo remanescente de horas técnicas **não gera direito adquirido à contratada**, constituindo mera estimativa administrativa.

### **8.3. CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO**

O pagamento somente será autorizado após:

- recebimento provisório pelo Fiscal Técnico;
- conferência documental pelo Fiscal Administrativo;
- emissão do recebimento definitivo pelo Gestor do Contrato;
- apresentação da nota fiscal acompanhada de:
  - relatórios técnicos;
  - OS;
  - comprovação das horas;
  - certidões de regularidade fiscal e trabalhista;
- **certificados de destinação final ecológica e comprovantes de logística reversa emitidos por entidade licenciada, sempre que a Ordem de Serviço faturada envolver a troca de óleo lubrificante, filtros, aditivos anticorrosivos, baterias ou demais resíduos perigosos, em conformidade com o art. 45, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.**

### **8.4. PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo, conforme prática administrativa e legislação aplicável.

### **8.5. GLOSAS E AJUSTES**

Poderão ser aplicadas glosas, totais ou parciais, nos seguintes casos:

- horas técnicas não comprovadas;
- serviços executados em desacordo com o Termo de Referência;
- ausência de laudo técnico ou evidências;
- descumprimento de SLA;
- falha na execução da manutenção preventiva;
- inconsistências nos relatórios apresentados.

### **8.6. RASTREABILIDADE DA MEDIÇÃO**

Toda medição deverá estar vinculada a:

- Ordem de Serviço;
- laudo técnico;
- relatório de execução;
- evidência fotográfica;
- atesto do Fiscal Técnico;
- termo de recebimento definitivo.

**8.7. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS (Art. 25, §§ 7º e 8º, I, da Lei nº 14.133/2021)**

Independentemente do prazo de duração inicial, o contrato preverá **reajustamento de preços em sentido estrito**, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

A **data-base do reajuste ficará vinculada à data do orçamento estimado da contratação**, constante dos autos do processo.

A aplicação do reajuste somente ocorrerá quando houver **prorrogação contratual que ultrapasse o interregno mínimo de 01 (um) ano**, contado da data do orçamento estimado, nos termos do **art. 25, §§ 7º e 8º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

O Fiscal Administrativo deverá acompanhar a contagem do interregno e instruir oportunamente o respectivo apostilamento.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "h", Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e LC nº 123/2006)**

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Dispensa de Licitação na forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de **serviço comum**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, no edital e nas especificações usuais de mercado.

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por Lote Único**, composto por 03 (três) itens, compreendendo:

- Item 1: manutenção preventiva semestral;
- Item 2: troca anual de aditivo anticorrosivo;
- Item 3: manutenção corretiva sob demanda por horas técnicas.

A adoção do **Lote Único com adjudicação global** justifica-se pela necessidade de manutenção da **rastreabilidade integral do histórico técnico do Grupo Motor Gerador (GMG)**, pela preservação da garantia dos serviços executados e pela mitigação de conflitos de responsabilidade entre manutenções preventivas, corretivas e troca de insumos críticos, assegurando padronização da execução e responsabilização objetiva de um único fornecedor.

A disputa ocorrerá em sessão pública eletrônica, com formulação de lances sucessivos, observadas as regras do edital e os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável.

A adoção do Lote Único com adjudicação global justifica-se por ser a solução mais eficiente e segura sob o prisma da integração operacional. Ao concentrar a manutenção preventiva, a troca de aditivo e a corretiva em um único fornecedor, a Administração mantém a rastreabilidade integral do histórico técnico do Grupo Motor Gerador (GMG), preserva a garantia dos serviços executados e mitiga o risco de conflitos de responsabilidade técnica entre diferentes prestadores, assegurando padronização da execução e responsabilização objetiva.

**9.1. TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LC Nº 123/2006)**

Nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, **a participação será exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) somente se o valor global estimado do Lote Único não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.

Considerando que a contratação será adjudicada globalmente a um único fornecedor, a verificação do enquadramento do benefício legal deverá observar o **valor total do lote**, correspondente à soma dos 03 (três) itens, e não os valores individualizados.

Caso o valor global estimado ultrapasse o referido limite legal, permanecerão aplicáveis os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente:

- preferência no desempate ficto;
- prazo para regularização fiscal tardia;
- tratamento favorecido nas condições de participação.

## **9.2. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

Será desclassificada a proposta que:

- não atender às exigências do edital e do Termo de Referência;
- apresentar preço inexequível;
- não contemplar todos os itens do lote;
- apresentar incompatibilidade entre o valor das horas técnicas e a complexidade do equipamento.

Em caso de dúvida quanto à exequibilidade, o Pregoeiro poderá promover diligência junto à licitante, com apoio da área técnica, especialmente quanto à composição do valor da hora técnica e dos insumos ordinários da preventiva, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## **9.3 PARÂMETRO OBJETIVO DE INEXEQUIBILIDADE**

Para fins de avaliação da exequibilidade, o Pregoeiro poderá, sempre que identificar indícios de inexequibilidade da proposta, promover diligência junto à licitante, com apoio da área técnica, para comprovação da viabilidade econômico-financeira e operacional da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Serão considerados indícios de inexequibilidade, entre outros:

- valores significativamente inferiores aos praticados no mercado;
- incompatibilidade entre o preço ofertado e os custos mínimos estimados para execução do serviço;
- ausência de cobertura dos custos operacionais, mão de obra especializada e insumos necessários.

## **10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021)**

O descumprimento total ou parcial das obrigações previstas no edital, neste Termo de Referência e no contrato sujeitará a contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e da eventual reparação por perdas e danos, às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

As sanções serão aplicadas de forma proporcional à gravidade da infração, observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, motivação, contraditório e ampla defesa.

### **10.1. HIPÓTESES DE INFRAÇÃO**

Constituem, entre outras, hipóteses passíveis de sanção:

- atraso injustificado no atendimento de chamados emergenciais previstos no SLA;
- descumprimento do cronograma da manutenção preventiva semestral;
- não realização dos testes obrigatórios de ATS e operação sob carga;
- cobrança de horas técnicas não comprovadas;
- apresentação de laudo técnico inconsistente ou incompatível com a falha;
- não comunicação imediata de risco de indisponibilidade do GMG;
- descarte irregular de óleo, filtros, aditivo ou baterias;
- não apresentação dos certificados ambientais;
- recusa injustificada em executar Ordem de Serviço;
- paralisação injustificada dos serviços;
- reincidência de falhas por execução inadequada.

## **10.2. ESPÉCIES DE SANÇÕES**

Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

### **I – Advertência**

Aplicável em infrações leves, especialmente:

- pequenas falhas documentais;
- atraso não crítico;
- inconsistências formais sanáveis;
- primeira ocorrência sem prejuízo assistencial.

### **II – Multa de Mora**

Aplicável nos casos de atraso injustificado, especialmente em chamados emergenciais.

Sugestão operacional de multa:

- **0,5% (meio por cento) do valor da Ordem de Serviço por hora de atraso,** limitada a **10% do valor do item afetado.**

Essa multa é ideal para o SLA hospitalar.

### **III – Multa Compensatória**

Aplicável em caso de inexecução total ou parcial, falha grave ou reincidência.

A multa compensatória poderá ser fixada em até:

**30% (trinta por cento) do valor global do contrato**

especialmente nos casos de:

- não execução da preventiva;
- falha grave que gere indisponibilidade do GMG;
- não atendimento de emergência;
- fraude na medição das horas;
- dano ao equipamento por imperícia.

### **IV – Impedimento de Licitar e Contratar**

A contratada poderá ser sancionada com **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos**, nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

### **V – Declaração de Inidoneidade**

Nos casos de infrações gravíssimas, fraude, dolo, má-fé, apresentação de documentação falsa, cobrança fraudulenta de horas técnicas ou conduta que gere risco assistencial grave, poderá ser aplicada a penalidade de:

**declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos.**

## **10.3. PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO**

A aplicação das sanções dependerá de **prévio processo administrativo sancionador**, assegurados:

- contraditório;
- ampla defesa;
- motivação;
- dosimetria proporcional;
- decisão da autoridade competente.

## **10.4. SANÇÕES ESPECÍFICAS PARA SLA HOSPITALAR**

Em razão da criticidade do GMG, o descumprimento do prazo de comparecimento em eventos de falta de energia poderá ser considerado **infração grave**, em razão do risco potencial aos seguintes setores:

- UTI;
- centro cirúrgico;
- equipamentos de suporte à vida;
- rede fria de medicamentos;
- laboratório.

Nesses casos, a Administração poderá aplicar, além da multa, **processo de impedimento de licitar**, conforme a gravidade do dano potencial.

**11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "i", e Art. 24 da Lei nº 14.133/2021)**

A estimativa do valor da contratação foi elaborada mediante **ampla pesquisa de mercado**, observando metodologia compatível com a natureza do objeto e a realidade do setor de manutenção de grupos motores geradores, especialmente para equipamentos hospitalares críticos.

A formação do preço considerará, entre outras fontes idôneas:

- cotações junto a fornecedores especializados em manutenção de GMG;
- contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas;
- notas fiscais e históricos contratuais da própria Administração, quando existentes;
- pesquisa em bancos públicos de preços;
- consultas a empresas com expertise em motores **Scania**, alternadores **WEG** e sistemas ATS compatíveis.

A memória de cálculo contemplará a composição individual dos **03 (três) itens do Lote Único**, compreendendo:

- manutenção preventiva semestral;
- troca anual de aditivo anticorrosivo;
- manutenção corretiva por hora técnica estimada.

Os valores detalhados, as cotações obtidas, a memória de cálculo e o mapa comparativo de preços encontram-se **consolidados em documento anexo próprio**, integrante dos autos do processo administrativo.

**11.1. SIGILO DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

A Administração **opta pela manutenção do orçamento estimado em caráter sigiloso até a finalização da fase de lances do Dispensa de Licitação na forma eletrônica**, nos termos do **art. 24 da Lei nº 14.133/2021**.

A adoção do sigilo do orçamento possui motivação técnica e econômica expressa, consistente em:

- evitar o **efeito de ancoragem de preços** entre os licitantes;
- estimular a formulação de propostas independentes;
- fomentar a apresentação do **real menor preço de mercado**;
- ampliar a competitividade efetiva do certame;
- mitigar o risco de lances artificialmente alinhados ao teto orçamentário;
- maximizar a economicidade da contratação.

Tal medida mostra-se especialmente adequada em objeto com componente variável de **hora técnica corretiva**, no qual a divulgação prévia do valor de referência poderia induzir comportamento oportunista na formação dos lances.

O orçamento será disponibilizado aos órgãos de controle interno e externo sempre que solicitado, permanecendo acessível nos autos para fins de auditoria, fiscalização e controle de legalidade.

**12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, inciso XXIII, alínea "j", e Art. 105 da Lei nº 14.133/2021)**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos **recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Fundação Hospital Frei Gabriel para o exercício vigente**, observada a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e as normas de responsabilidade fiscal.


Considerando tratar-se de **serviço contínuo essencial à manutenção da infraestrutura elétrica emergencial hospitalar**, a contratação poderá ultrapassar o exercício financeiro corrente, hipótese em que as despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta das dotações próprias consignadas nos respectivos orçamentos, em conformidade com o **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.

Nas hipóteses de prorrogação contratual, a Administração deverá promover a **prévia reserva orçamentária e emissão do respectivo empenho complementar**, assegurando cobertura financeira suficiente para a manutenção da execução.

A existência de saldo estimado para o item de manutenção corretiva por hora técnica **não gera obrigação mínima de consumo**, razão pela qual a execução orçamentária observará exclusivamente os serviços efetivamente demandados, medidos e atestados.

**Frutal-MG, 01 de abril de 2026.**

**Eliseu Eduardo da Silva**  
**Coord. de Suporte e Infraestrutura**

	<b>FUNDAÇÃO HOSPITAL FREI GABRIEL</b> Avenida Brasília 333 - Frutal/MG Cep: 38.200-000 - Telefone: (34)34213489 CNPJ: 07.889.243/0001-71	<b>SOLICITAÇÃO</b>  <b>0001475</b>
DATA 11/03/2026	SOLICITANTE: ELISEU EDUARDO DA SILVA	CÓDIGO: 389
UNIDADE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL SUBUNIDADE:		CÓDIGO: 03.01.01
LOCAL DE ENTREGA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR FREI GABRIEL		REQUISIÇÃO:
FINALIDADE: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em grupo de gerador para atender as demandas da Fundação Hospital Frei Gabriel por um período estimado de 12 (doze) meses.		

**DADOS DO(S) PRODUTO(S):**

Nº	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE SOLICITADA	QTDE APROVADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL PREVISTO
001	03600800003	MANUTENÇÃO CORRETIVA EM GRUPO GERADOR	H	30	30	478,17	14.344,95
002	03600800001	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM GRUPO GERADOR	SE	2	2	3.928,04	7.856,09
003	03600800002	TROCA DO ADITIVO ANTICORROSIVO EM GRUPO GERADOR	SE	1	1	1.875,25	1.875,25
TOTAL GERAL:							24.076,29